Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, 30° andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade anônima". A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objeto social a participação em outras sociedades, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

| | Participação no capital total (%) |
|---|-----------------------------------|
| Empresas controladas | em 2011 |
| Concessões rodoviárias: | |
| Linha Amarela S.A LAMSA | 99,99 |
| Concessionária Litoral Norte S.A CLN | 91,49 |
| Concessionária Auto Raposo Tavares S.A CART | 99,99 |
| Concessionária Bahia Norte S.A CBN | 50,00 |
| Concessionária Rio Teresópolis S.A CRT | 24,91 |
| Concessionária Rota do Atlântico - CRA | 50,00 |
| Transportes urbanos: | |
| Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A - METRÔ RIO | 99,99 |

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 27 de março 2012.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, que para fins de *International Financial Reporting Standards - IFRS* seria por custo ou valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a INVEPAR, suas controladas e controladas em conjunto, nas quais as participações da INVEPAR estão compostas como segue:

| | % de participação da INVEPAR | | | |
|-----------|------------------------------|-------|---------|-------|
| | Votante | Total | Votante | Total |
| | 201 | 1 | 201 | 10 |
| LAMSA | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |
| CLN | 99,99 | 91,49 | 99,99 | 91,49 |
| CART | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |
| METRO RIO | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |
| CBN | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| CRT | 36,88 | 24,91 | 36,88 | 24,91 |
| CRA | 50,00 | 50,00 | - | - |

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto CBN, CRT e CRA foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras de tais investidas. As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias e metroviária, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 - Investimento em coligada e controlada (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (ou prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas CART, METRÔ RIO, LAMSA, CLN, CBN, CRT e CRA e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | | Alíqu | ıota |
|--|---------------|---|--------------------|
| Nome do tributo | Sigla | Receitas com pedágio e vendas de passagens | Demais receitas |
| Contribuição para o Programa de Integração Social | PIS COFINS | 0,65% | 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Imposto sobre serviço de qualquer natureza | ISS | 3,00% 2,00% ou 5,00% (*) | 7,60% - |

^(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para transporte de passageiros e 5,00% para operação de rodovias.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Tributação--Continuação

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, o CPC 33, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC - 14, dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da controlada METRÔ RIO representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

2.13. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia identificou os seguintes ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente: (i) concessões de serviços públicos e (ii) provisão para manutenção. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos--Continuação

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para manutenção

As controladas provisionam, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefício definido da controlada Metrô-Rio e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração da controlada Metrô Rio considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação de benefício definido.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota explicativa 21.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos, financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente--Continuação

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. As informações por segmento estão apresentadas na nota explicativa 11.

2.19. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Combinações de negócios--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não efetuou nenhuma transação que se caracterize como combinação de negócios, nos termos definidos acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes (imóveis) mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores forem recuperados por meio de uma transação de venda. Essa é condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e os ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição atual. Em 2011 a Administração realizou a venda dos imóveis que estavam mantidos para venda.

2.22. Contratos de concessão - ICPC 01

As controladas contabilizam os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Contratos de concessão - ICPC 01--Continuação

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.23. Novos pronunciamentos contábeis

2.23.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011

Em 2011 o comitê de pronunciamentos contábeis revisou os pronunciamentos contábeis: CPC 00, CPC 15, CPC 19, CPC 20 e CPC 26 e revisou a interpretação técnica ICPC 01. Tais revisões dos pronunciamentos e da interpretação terão adoção obrigatória para o exercício de 2011 e não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.23.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os pronunciamentos contábeis: IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 Operações conjuntas e o IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades, tais pronunciamentos terão adoção obrigatória a partir de 01/01/2013.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão

As controladas LAMSA, CLN, CART, METRÔ RIO e as controladas em conjunto CBN, CRT e CRA são empresas que detém contratos de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. Segue abaixo um breve descritivo de cada contrato:

a) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, sendo a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam à PCRJ todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária.

Como contrapartida destes investimentos que serão realizados pela LAMSA, a PCRJ prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa de pedágio em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2011, a LAMSA já havia desembolsado o montante de R\$ 247.608 (R\$ 136.845 em 31 de dezembro de 2010) para as obras de melhorias de fluidez da via.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

b) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000, com prazo de 25 anos para a sua exploração por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão prevê o reajuste anual da tarifa de pedágio com base em fórmula paramétrica baseada na variação dos índices IT, IP, IOAE, INCC, IC e IGPM, calculados pela Fundação Getúlio Vargas.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Entretanto, a CLN terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução não conste no contrato de concessão e tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA. No aditivo foi determinado o aumento do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em virtude da abertura de "rotas de fuga" por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a CLN enfrenta uma considerável queda em suas receitas operacionais.

Em novembro de 2011, a referida "rota de fuga" foi fechada em virtude da decisão da 5° vara da fazenda publica do Estado da Bahia, sendo reaberta em dezembro pela 5° vara que acatou o recurso da prefeitura municipal de Camaçari.

Em 26 de janeiro de 2012, a "rota de fuga" voltou a ser fechada por decisão da 2º Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

c) <u>CART</u>

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART detém o direito de operar e explorar, através de cobrança de pedágio, a concessão outorgada em 16 de março de 2009 pelo estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo - ARTESP, das rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, com prazo de 30 anos, contados a partir do inicio das operações, ocorrido em 17 de março de 2009.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustadas anualmente, com data base no mês de julho, pela variação do IPCA do período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

Como contrapartida à concessão outorgada pela ARTESP à CART, foi paga outorga fixa de R\$668.901 e serão realizados investimentos da ordem de R\$2.250.281 para ampliação da rodovia, construção de postos de pesagem, trevos, alças, passarelas, instalação de postos de serviços de atendimento aos usuários, entre outras melhorias.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A CART terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente, e ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

d) METRÔ RIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔ RIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da venda de passagens, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o METRÔ RIO e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o METRÔ RIO faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O METRÔ RIO é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao METRÔ RIO a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do METRÔ RIO zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔ RIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔ RIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

d) METRÔ RIO--Continuação

O Contrato determinava e o Aditivo manteve o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O METRÔ RIO terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

e) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, trechos das rodovias BA 093, BA 512, BA 521, BA 524, BA 526 e BA 535, sistema rodoviário Bahia Norte, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pela AGERBA em 17 de agosto de 2010.

O contrato de concessão tem duração de 25 anos, contados a partir da data da assunção, e a tarifa será reajustada anualmente pelo IPCA. Durante a vigência do contrato estão previstos investimentos da ordem de R\$ 805.000 para ampliação da capacidade de tráfego, implantação de acostamentos, construção de passarelas e adequação de paradas em trechos urbanos, entre outras melhorias.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

f) CRT

A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de explorar mediante cobrança de pedágio, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

g) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes o Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e a implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados. No contrato de concessão estão previstos investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------|--------------------|---------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Caixa e bancos Aplicações financeiras | 4.566 | 195 | 19.396 | 10.517 |
| Certificados de Depósito Bancário CDB | 176.001 | 1.966 | 185.340 | 48.356 |
| Compromissada | 40.013 | - | 61.326 | 9.818 |
| Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa | | - | 11 | 12.129 |
| Outros | | - | 241 | 12.763 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 220.580 | 2.161 | 266.314 | 93.583 |
| Aplicações financeiras | | | | |
| Certificados de Depósito Bancário CDB | - | - | 55.033 | 6.218 |
| Fundo cambial (a) | - | - | 239.036 | - |
| Outros | | - | 17.860 | 16.973 |
| Aplicações financeiras | - | - | 311.929 | 23.191 |
| Total | 220.580 | 2.161 | 578.243 | 116.774 |
| Circulante Caixa e equivalentes de caixa Aplicação financeira | 220.580 | 2.161 | 266.314 277.320 | 93.583 |
| Não circulante Aplicação financeira | - | - | 34.609 | 23.191 |

⁽a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido da controlada Metrô Rio junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera uma aplicação financeira de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 96,0% e 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantias referem-se a aplicações das controladas CBN, CLN, CART e Metrô Rio, as quais estão ou bloqueadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

| | Consolidado | |
|---|-------------|---------|
| | 2011 | 2010 |
| Ativo circulante | | |
| Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (a) | 3.799 | 2.583 |
| Valores a receber de bilhetes (b) | 4.110 | 7.404 |
| Valores a receber de pedágio (c) | 25.101 | 17.519 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.267) | (3.641) |
| Outros | ` 74 | ` 88 |
| Total | 31.817 | 23.953 |
| Ativo não circulante | | |
| Governo Estadual (d) | 4.365 | 4.052 |
| Total | 4.365 | 4.052 |

- (a) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios) da controlada METRÔ RIO.
- (b) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores e receita na bilheteria a recolher da controlada METRÔ RIO.
- (c) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas LAMSA, CART, CBN e CRT. O prazo médio de recebimento desses valores é de 30 dias.
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔ RIO.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | Consoli | dado |
|----------------------------|---------|---------|
| | 2011 | 2010 |
| | | |
| Saldo no início do período | (3.641) | (4.955) |
| Adições | (514) | (4.588) |
| Reversão | 2.888 | 5.902 |
| Saldo no fim do período | (1.267) | (3.641) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

| | Consolidado | |
|--|-------------|--------|
| | 2011 | 2010 |
| Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes | 8.578 | 9.196 |
| Adiantamento a fornecedores | 3.540 | 1.268 |
| Importações em andamento | 1.388 | 4.010 |
| Outros | 29 | 833 |
| Total | 13.535 | 15.307 |

7. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

| | Controladora | | Cons | olidado |
|--|--------------|-------|--------|---------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Imposto de renda e contribuição social | 9.109 | 11 | 21.503 | 153 |
| PIS e COFINS | 129 | 7 | 209 | 108 |
| ISS | - | - | 126 | 126 |
| IRRF | - | 1.245 | 1.508 | 8.459 |
| Outros | - | - | 1.394 | 1.207 |
| Circulante | 9.238 | 1.263 | 24.740 | 10.053 |
| | • | · · | - '- | |
| Imposto de renda e contribuição social | 1.443 | 3.798 | 1.443 | 3.798 |
| Não circulante | 1.443 | 3.798 | 1.443 | 3.798 |
| Trac on caracito | | 0 00 | | 000 |

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado)

As controladas da INVEPAR, CART e METRÔ RIO, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado)</u> --Continuação

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

| | Conso | lidado | |
|---|---------|---------|---|
| Natureza | 2011 | 2010 | - |
| Prejuízo fiscal | 75.811 | 45.723 | Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal. |
| Base negativa de contribuição social | 27.472 | 16.477 | Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social. |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.781 | 1.130 | Realização pelo recebimento ou efetivação da perda ou pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido superior a 2 anos. |
| Provisão para contingências | 4.774 | 4.931 | Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável) |
| Excesso amortização outorga suplementas | 21.980 | 8.158 | Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar. |
| Outros | 3.484 | (3.159) | Outros |
| | 135.302 | 73.260 | _ |

A Administração da Companhia e das controladas METRÔ RIO, CART e CRT consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

| 2013 | 8.303 |
|----------------|---------|
| 2014 | 7.936 |
| 2015 | 12.894 |
| 2016 | 20.595 |
| 2017 em diante | 85.574 |
| | 135.302 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

c) <u>Impostos a recolher</u>

| | Controladora | | Conso | lidado |
|--|--------------|------|--------|--------|
| _ | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | 20.442 | 15.672 |
| PIS e COFINS | 86 | 65 | 4.092 | 3.313 |
| ISS | 41 | 11 | 4.161 | 4.278 |
| ICMS | - | - | 34 | 322 |
| IRRF | 382 | 172 | 2.282 | 1.096 |
| Taxa AGETRANSP-RJ | - | - | 492 | 441 |
| INSS s/ terceiros | 261 | - | 1.470 | 219 |
| Outros | 150 | 51 | 1.367 | 1.672 |
| Circulante | 920 | 299 | 34.340 | 27.013 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | _ | 1.722 | 1.400 |
| PIS e COFINS | - | _ | 208 | 157 |
| Não circulante | - | - | 1.930 | 1.557 |

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

| | Consolidado | |
|--|-------------|----------|
| _ | 2011 | 2010 |
| Importo do randa o contribuição accial | | |
| Imposto de renda e contribuição social Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e | | |
| contribuição social | (70.010) | 3.723 |
| Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | 23.803 | (1.266) |
| Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício: | | , , |
| Adições permanentes | (2.951) | (12.099) |
| Exclusões permanentes | (1.453) | 7.300 |
| Exclusões de prejuízos fiscais e bases fiscais negativas | (11.922) | (8.252) |
| Total dos impostos no resultado | 10.383 | (14.317) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração.

a) Composição

| | | | | Controladora | | | | | |
|-------------------|----------------------------|------------------|------------|----------------|------------|----------------|-----------|------------|--|
| | | | 2011 | | | | | | |
| | | Relação | Ativo | | Passivo | | Resultado | | |
| Parte relacionada | a Transação | | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Receitas | (Despesas) | |
| PREVI | Debêntures | Acionista direto | - | - | 23.563 | 110.825 | | (20.762) | |
| PETROS | Debêntures | Acionista direto | - | | 23.563 | 110.825 | - | (20.762) | |
| FUNCEF | Debêntures | Acionista direto | - | - | 23.563 | 110.825 | - | (20.762) | |
| LAMSA | Notas de débit | oControlada | - | - | - | - | 3.882 | ` - | |
| CART | Notas de débito Controlada | | - | - | - | - | 3.881 | - | |
| CLN | JCP/Outros Debêntures/ | Controlada | - | 1.244 | - | - | 1.090 | - | |
| Metrô Rio | Notas de débit | o Controlada | 38.415 | 498.712 | - | - | 84.319 | - | |
| CRA | Dividendos | Controlada | - | - | - | - | - | - | |
| | | • | 38.415 | 499.956 | 70.689 | 332.475 | 93.172 | (62.286) | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

a) <u>Composição</u>--Continuação

| Controladora | | | | | | | | | |
|-------------------|------------------------------|------------------|------------|----------------|------------|----------------|-----------|------------|--|
| | | | 2010 | | | | | | |
| | | • | Ativo | | Passivo | | Resultado | | |
| Parte relacionada | Transação | Relação | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Receitas | (Despesas) | |
| PREVI | Debêntures | Acionista direto | | - | 8.711 | 117.438 | | (13.649) | |
| PETROS | Debêntures | Acionista direto | - | - | 8.711 | 117.438 | - | (13.649) | |
| FUNCEF | Debêntures | Acionista direto | - | - | 8.711 | 117.438 | - | (13.649) | |
| LAMSA | Nota de debito Mútuo/Nota | Controlada | 380 | - | - | - | - | (380) | |
| CART | de debito | Controlada | 41.207 | - | - | - | - | (1.227) | |
| CLN | Nota de debito Mútuo/Nota | Controlada | 1.388 | - | - | - | - | (144) | |
| Metrô Rio | de débitos | Controlada | 35.610 | 469.750 | - | - | - | (55.359) | |
| | | | 78.585 | 469.750 | 26.133 | 352.314 | - | (98.057) | |

| Consolidado | | | | | | | | | |
|-------------------|--------------|------------------|------------|----------------|------------|----------------|-----------|------------|--|
| | | | | | 2 | 011 | | | |
| | | Relação | Ativo | | Passivo | | Resultado | | |
| Parte relacionada | Transação | | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Receitas | (Despesas) | |
| OAS Eng. e Part | | Acionista | | | | | | | |
| S.A. | Adiantamento | indireto | 2.401 | - | - | - | - | (166.998) | |
| Construtora OAS | | | | | | | | ` , | |
| Ltda. | Adiantamento | Acionista direto | 12.413 | 9.292 | 12.505 | - | - | (86.996) | |
| PREVI | Debêntures | Acionista direto | - | - | 23.563 | 110.825 | - | (20.762) | |
| PETROS | Debêntures | Acionista direto | - | - | 23.563 | 110.825 | - | (20.762) | |
| FUNCEF | Debêntures | Acionista direto | - | - | 23.563 | 110.825 | - | (20.762) | |
| | | - | 14.814 | 9.292 | 83.194 | 332.475 | | (316.280) | |

| Consolidado | | | | | | | | | |
|-------------------|--------------|------------------|------------|----------------|------------|----------------|-----------|------------|--|
| | | | 2010 | | | | | | |
| | Transação | Relação | Ativo | | Passivo | | Resultado | | |
| Parte relacionada | | | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Receitas | (Despesas) | |
| OAS Eng. e Part. | | Acionista | | | | | | | |
| S.A. | Adiantamento | indireto | 16.109 | - | - | - | - | (177.165) | |
| Construtora OAS | | | | | | | | , | |
| Ltda. | Adiantamento | Acionista direto | 13.205 | - | - | - | - | (118.583) | |
| PREVI | Debêntures | Acionista direto | - | - | 8.711 | 117.438 | - | (13.649) | |
| PETROS | Debêntures | Acionista direto | - | - | 8.711 | 117.438 | - | (13.649) | |
| FUNCEF | Debêntures | Acionista direto | - | - | 8.711 | 117.438 | - | (13.649) | |
| | | _ | 29.314 | | 26.133 | 352.314 | - | (336.695) | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

b) Sumário das transações entre partes relacionadas

i. Em 15 de março de 2010, a INVEPAR adquiriu de sua controlada Metrô Rio, 900 debêntures simples, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$500, perfazendo o montante total de R\$ 450.000. As Debêntures vencem em 15 de março de 2020, são atualizadas pelo IPCA, e fazem jus a juros remuneratórios de 9,75% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente.

Avaliação de conversão futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 31 de dezembro de 2011 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

- ii. Em 15 de março de 2010, a INVEPAR emitiu 900 debêntures simples (maiores detalhes vide Nota 15), não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 500. Os acionistas diretos PETROS, FUNCEF e PREVI, subscreveram 225 debêntures cada.
- iii. A controlada CART firmou contratos de mútuo com METRÔ RIO nos montantes de R\$ 45.000 e R\$ 35.000, em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente. Estes contratos possuíam encargos financeiros à taxa 125% do CDI com vencimento inicial em 25 de abril de 2010, sendo prorrogados até 17 de maio de 2011, quando tais contratos foram quitados.
- iv. Em 31 de maio de 2010, a LAMSA adiantou o montante de R\$ 20.089 à Construtora OAS Ltda., controladora indireta, para a execução de obras civis e melhorias na via, referente ao 11º termo aditivo do contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 2 anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 211.412, devendo os pagamentos serem realizados mensalmente, abatendo do valor adiantado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

- b) Sumário das transações entre partes relacionadas--Continuação
 - v. Em 18 de agosto de 2010, a Concessionária Bahia Norte firmou contrato com o Consorcio Sistema BA 093, constituído pelas Construtoras OAS e Norberto Odebrecht, com o objetivo de execução de obras civis, compreendendo os projetos funcionais e projetos executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhoria descritos nos contratos de concessão. O referido contrato tem montante de aproximadamente R\$ 576.361 e prazo de 4 anos. Em 31 de dezembro de 2011 a companhia não possuía nenhum saldo em aberto com o consórcio.
 - vi. Em 30 de setembro de 2010, a CART firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 18.000, com prazo de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Tal operação foi quitada em 15 de fevereiro de 2011.
 - vii. Nos dias 29 de outubro, 30 de outubro e 28 de dezembro de 2010, a CART firmou contratos de mútuo com a INVEPAR nos montantes de R\$ 7.000, R\$ 8.000 e R\$ 7.000, respectivamente, encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m.. Tais mútuos tinham vencimento inicial para 30 dias, sendo posteriormente renovados até 15 de fevereiro de 2011, data de quitação das operações.
 - viii. Em 28 de dezembro de 2010, a CART firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$ 11.000, com prazo de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Tal operação foi quitada em 15 de fevereiro de 2011.
 - ix. O Metrô Rio firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguai. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

- b) <u>Sumário das transações entre partes relacionadas</u>--Continuação
 - x. Em 2010, a CART realizou adiantamento a OAS Engenharia e Participações Ltda., controladora indireta, referente ao contrato de prestação de serviço de construção civil e manutenção na Rodovia Raposo Tavares, referentes às obrigações assumidas no contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$1.078.096, com os pagamentos realizados mensalmente, abatendo do valor adiantado.

Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

| | Controladora | | |
|--|--------------|------------------|--------------------|
| | | 31/12/2011 | |
| Composição | Diretoria | Conselhos | Total |
| Pró-labore | 2.028 | 862 | 2.890 |
| Encargos | 406 | 172 | 578 |
| Bônus variáveis | 1.857 | - | 1.857 |
| Benefícios | 332 | - | 332 |
| Total | 4.623 | 1.034 | 5.657 |
| | Controladora | 31/12/2010 | |
| | | | |
| Composição | Diretoria | Conselhos | Total |
| 1 3 | | Conselhos 217 | Total 1.230 |
| Pró-labore | | | |
| Pró-labore Encargos | 1.013 | 217 | 1.230 |
| Composição Pró-labore Encargos Bônus variáveis Benefícios | 1.013 454 | 217 | 1.230 497 |

Adicionalmente, a Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

a) Informações sobre os investimentos da controladora

As participações em controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

| | Participação | | de ações em ibro de 2010 | Saldos em 2009 | | | | | Saldos em 2010 |
|-----------|--------------|-------------|-----------------------------|----------------------------------|----------------|---------------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------|
| Investida | 31/12/2010% | Ordinárias | Preferenciais | Investimentos (reapresentado) | Integralização | Dividendos e JCP | Equivalência patrimonial | Aquisição/ (amortização) | Investimentos |
| | | | | | | | | | |
| LAMSA | 99,99 | 51.927.403 | 103.854.827 | 99.784 | _ | (66.030) | 74.838 | - | 108.592 |
| CLN | 91,49 | 10.463.014 | 18.257.592 | 44.623 | - | ` - | 1.048 | - | 45.671 |
| CART | 99,99 | 342.666.651 | 342.666.652 | 125.538 | 342.000 | - | (30.680) | (201) | 436.657 |
| METRÔ RIO | 99,99 | 650.000.000 | - | 673.713 | - | - | (20.839) | ` _′ | 652.874 |
| CBN | 50,00 | 34.999.996 | - | - | 35.000 | - | (4.977) | - | 30.023 |
| CRT (*) | 24,91 | 17.992 | 3.546 | - | - | - | | 16.709 | 16.709 |
| | | | | 943.658 | 377.000 | (66.030) | 19.390 | 16.508 | 1.290.526 |
| Ágio CRT | | | | - | - | | - | 47.463 | 47.463 |
| - | | | | 943.658 | 377,000 | (66,030) | 19.390 | 63,971 | 1.337.989 |

| | Participação | Quantidade de | ações em 2011 | Saldos em 2010 | | | | | Saldos em 2011 |
|-----------|--------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------|
| Investida | % | Ordinárias | Preferenciais | Investimentos | Integralização | Dividendos e JCP | Equivalência patrimonial | Aquisição/ (amortização) | Investimentos |
| LAMSA | 99,99 | 51.927.403 | 103.854.827 | 108.593 | - | (76.637) | 84.376 | - | 116.332 |
| CLN | 91,49 | 10.463.004 | 18.257.592 | 45.672 | - | - | (256) | - | 45.416 |
| CART | 99,99 | 434.691.946 | 434.691.947 | 436.655 | 113.000 | - | (31.450) | (184) | 518.021 |
| METRÔ | 99,99 | 758.115.145 | | 652.874 | 80.000 | - | (81.885) | ` -′ | 650.989 |
| CBN | 50,00 | 38.999.996 | | 30.023 | 4.000 | - | (6.017) | - | 28.006 |
| CRT | 24.91 | 17.992 | 3,546 | 16,709 | | (5.058) | 10.710 | 42,423 | 64.784 |
| CRA | 50,00 | 30.000.000 | | | 30.000 | | (14) | - | 29.986 |
| | | | | 1.290.526 | 227.000 | (81.695) | (24.536) | 42.239 | 1.453.534 |
| Ágio CRT | | | | 47.463 | - | - | | (47.463) | - |
| | | | | 1.337.989 | 227.000 | (81.695) | (24.536) | (5.224) | 1.453.534 |

OBS: As informações sobre transações com partes relacionadas e aquisição de novos investimentos estão detalhadas na notas explicativas 8 e 12, respectivamente.

a.1) Outras informações sobre as controladas

| | LAN | MSA | CL | .N | CA | ART . | METR | RÔ RIO |
|--|------------------------------|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Ativo total | 335.921 | 244.227 | 94.626 | 81.498 | 1.451.270 | 1.183.434 | 2.540.443 | 2.223.754 |
| Passivo Patrimônio líquido total | 219.589 116.332 | 135.635 108.592 | 44.991 49.635 | 31.583 49.915 | 938.738 512.532 | 752.450 430.984 | 1.889.454 650.989 | 1.570.880 652.874 |
| Capital social Resultado do exercício | 54.118 84.375 | 54.118 74.838 | 48.564 (280) | 31.394 1.146 | 625.000 (31.450) | 512.000 (30.680) | 750.000 (81.885) | 650.000 (20.839) |
| | СВІ | N (*) | CR | Γ (*) | CR. | A (*) | | |
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | | |
| Ativo total Passivo Patrimônio líquido total | 320.252 264.239 56.014 | 96.966 36.920 60.046 | 170.142 83.084 87.058 | 145.429 84.983 60.446 | 61.304 1.333 59.971 | - - - | | |
| Capital social Resultado do exercício | 78.000 (12.030) | 70.000 (9.954) | 45.700 42.998 | 38.800 27.907 | 60.000 (27) | | | |

As informações acima de cada Companhia não levam em consideração o percentual de participação da INVEPAR.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

b) Metrô Rio

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 393.864 (R\$ 344.694 em 31 de dezembro de 2010). A Administração da controlada Metrô Rio entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema metroviário, construção da estação Uruguai, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), já em fabricação e a modernização das operações, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos.

Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada Metrô Rio têm atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a Companhia efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia.

b1) Aportes de capital

Em 11 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada Metrô Rio R\$ 55.000, representados por 59.288.448 ações ordinárias, sendo (i) R\$ 35.000 por meio de aporte e (ii) R\$ 20.000 da integralização do AFAC realizado em 27 de março de 2009.

Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada Metrô Rio R\$ 15.000, representados por 16.296.165 ações ordinárias.

Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada Metrô Rio R\$ 30.000 representados por 32.530.532 ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

c) CART

c.1) Aporte de capital

Em 17 de maio de 2010, a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada CART o montante de R\$ 184.519, representados por 137.354.293 ações ordinárias e 137.354.293 ações preferenciais. Em 29 de julho de 2010, a Invepar subscreveu na CART o montante de R\$ 157.481, representada por 120.312.359 ações ordinárias e 120.312.359 ações preferenciais, tal montante foi totalmente integralizado até agosto de 2010.

Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada CART R\$ 25.000, representados por 19.871.297 ações ordinárias e 19.871.297 ações preferenciais.

Em 29 de junho de 2011, a Invepar subscreveu na CART o montante de R\$ 17.000, mediante a emissão de 13.836.879 ações ordinárias e 13.836.879 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Tal montante foi totalmente integralizado nesta mesma data, à vista, com crédito dos recursos em conta corrente bancária da CART.

Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada CART R\$ 39.000, representados por 31.743.657 ações ordinárias e 31.743.657 ações preferenciais.

Em 21 de dezembro de 2011, a Invepar subscreveu e integralizou na CART R\$ 32.000, mediante emissão de 26.573.362 ações ordinárias e 26.573.362 acões preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

c.2) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2011, a CART apresenta capital circulante negativo de R\$ 34.866, proveniente dos compromissos assumidos com o pagamento de principal e juros sobre empréstimos e debêntures, captado para os investimentos assumidos no contrato de concessão. A administração da controlada entende que os recursos que serão obtidos através do aporte de capital e liberações programadas no Contrato de Empréstimo Sênior junto ao BNDES, assim como aumento no tráfego da via após as melhorias que estão sendo efetuadas e a obtenção de receitas acessórias o que aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

d) <u>LAMSA</u>

d.1) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada LAMSA apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 198.649 (R\$ 86.325 em 31 de dezembro de 2010), devido ao alto investimento assumido em 2010, conforme o 11º aditivo do contrato de concessão(R\$ 254.000) e a não estruturação completa de suas fontes de financiamento, o que já vem sendo trabalhado pela administração da Companhia que visa alongar o perfil da dívida. Com o 11º aditivo, a controlada LAMSA estendeu o prazo da concessão por 15 anos, em que irá recuperar o investimento.

e) CBN

e.1) Aportes de Capital

A Companhia subscreveu e integralizou na Concessionária Bahia Norte os valores de R\$ 3.000 e R\$ 32.000, que foram aprovados em Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas em 22 de junho de 2010 e 01 de agosto de 2010, respectivamente.

Em 01 de novembro de 2011, a Invepar subscreveu e integralizou na CBN o montante de R\$ 4.000, mediante a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real), integralizadas em moeda corrente do país.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

f) CRT

f.1) Capital circulante líquido negativo

O capital circulante líquido (CCL) da CRT em 31 de dezembro de 2011 apresentou resultado negativo em função dos impactos financeiros, decorrentes do sinistro ocorrido em janeiro de 2011, motivado pelas fortes chuvas que se abateram na região serrana do Rio de Janeiro. A renovação da apólice de seguro da rodovia foi onerada pelas condições adversas. A regulação do sinistro (reembolso da seguradora das obras já realizadas pela companhia em função das chuvas) encontra-se em processo de análise, com liberações por parte do resseguro/segurador ocorrendo após análise/validação entre os peritos nomeados por estes e os técnicos e consultores da companhia.

A administração da CRT está estudando junto ao mercado opções de financiamento de longo prazo para obras que, por ventura, não venham a ser cobertas pelo seguro, uma vez que os danos estimados preliminarmente superam o valor da apólice. A CRT poderá reduzir temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração das debêntures para atender eventuais necessidades de caixa decorrentes da regulação do sinistro citado acima.

g) CRA

g.1) Proposta vencedora

Em 14 de abril de 2011, o Consórcio SUAPE Rodovias, integrado pela INVEPAR e pela Odebrecht Transport Participações S.A., em iguais participações, apresentou proposta vencedora da licitação promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do Edital de Concessão nº 001/2010, para a operação, manutenção e exploração, por meio da cobrança de pedágio do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados, onde ocorrerão investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g.2) Aportes de Capital

Em 10 de junho de 2011 e 14 de julho de 2011 a INVEPAR aportou os montantes de R\$3.000 e R\$ 27.000, respectivamente, na CRA. Em 18 de julho de 2011, CRA assinou o contrato da Concessão com o poder concedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

h) Participações indiretas

Em 31 de janeiro de 2007, a controlada Metrô Rio adquiriu uma empresa inoperante, MASU 9, visando ter uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

Em 10 de outubro de 2008, a controlada Metrô Rio constituiu subsidiária no exterior, chamada Citpax LLC, com participação integral em seu capital, com o objetivo principal de: (a) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações do Metrô Rio; (b) servir como centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior; e (c) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte de passageiros no exterior.

A CITPAX é contabilizada de acordo com o CPC 02 (R2) tendo seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da investidora. Os ativos e passivos de tais controladas indiretas em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão abaixo demonstrados:

| | 2011 | 2010 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Ativo Caixa e equivalente de caixa Adiantamento a fornecedores | 4.475 2.757 | 8.849 5.723 |
| Outros | 6.197 | 135 |
| Total do ativo | 13.429 | 14.707 |
| Passivo Contas a pagar Metrô Rio Outras contas a pagar | 3.369 2.839 | 3.369 458 |
| Patrimônio líquido Capital social Prejuízos acumulados | 6.208 15.349 (8.128) | 3.827 15.349 (4.469) |
| | 7.221 | 10.880 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 13.429 | 14.707 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Combinação de negócios

Em 28 de maio de 2010, a construtora OAS subscreveu, a valor de mercado, 2.867.545 ações ordinárias e 5.735.090 ações preferenciais de emissão da Invepar, avaliadas no montante total de R\$ 64.172, a serem integralizadas mediante a transferência para a titularidade da companhia de 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da concessionária Rio Teresópolis (CRT). Para a concretização de tal operação era necessária à anuência do poder concedente, o que ocorreu no dia 02 de dezembro de 2010.

Sendo assim, em 20 de dezembro de 2010 as ações de emissão da CRT detidas pela Construtora OAS foram transferidas para a INVEPAR. Após tal operação, a Companhia passou a ser detentora de ações da CRT que representam 36,88% do capital votante e 24,91% do capital total. Para alocação do excedente ao valor contábil pago pelas ações, foi contratada empresa especializada que determinou o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e com base neste laudo, R\$ 47.931 foi atribuído e alocado em direito de concessão.

11. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) concessões rodoviárias; (ii) transportes urbanos; e (iii) administração central.

A Companhia possui relatórios gerenciais que permitem segregar de forma confiável as receitas, custos e resultados por empresa. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, do recolhimento de tarifas de pedágio nas concessões rodoviárias e venda de bilhetes para os usuários da concessão metroviária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Informações por segmento de negócios--Continuação

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes aos semestres findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

| | | 31/1 | 2/2011 | |
|--|-------------|-------------|----------------------|-------------|
| | Concessões | Transportes | Administração | |
| | rodoviárias | urbanos | central | Consolidado |
| Receita de serviços | 451.876 | 452.660 | - | 904.536 |
| Receita de construção | 488.496 | 81.199 | - | 569.695 |
| Receita total | 940.372 | 533.859 | - | 1.474.231 |
| Custo de serviços | (221.395) | (312.781) | _ | (534.176) |
| Custo de construção | (476.834) | (78.603) | - | (555.437) |
| Lucro bruto | 242.143 | 142.475 | - | 384.618 |
| Despesas gerais e administrativas Equivalência patrimonial | (79.914) | (88.326) | (34.130) (24.536) | (202.370) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 913 | (3.303) | (24.330) | (2.391) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | 163.142 | 50.846 | (58.666) | 179.857 |
| Receitas financeiras | 13.757 | 102.497 | 82.798 | 118.814 |
| Despesas financeiras | (101.666) | (263.518) | (83.735) | (368.681) |
| Resultado antes dos impostos | 75.233 | (110.175) | (59.603) | (70.010) |
| Imposto de renda e contribuição social | (17.907) | 28.290 | | 10.383 |
| Resultado antes da participação dos acionistas não controladores | 57.326 | (81.885) | (59.603) | (59.627) |
| Atribuível aos acionistas não controladores | - | - | - | 24 |
| Resultado Iíquido do exercício | 57.326 | (81.885) | (59.603) | (59.603) |
| Informações suplementares | | | | |
| Depreciação e amortização | 66.855 | 100.113 | 5.519 | 172.525 |
| Investimento em controladas | 145 | - | 1.453.534 | 146 |
| Ativo total | 2.114.977 | 2.540.443 | 2.227.028 | 4.939.132 |
| Passivo - PL | 1.356.800 | 1.889.454 | 545.782 | 3.253.666 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Informações por segmento de negócios--Continuação

| 31/12/2010 | | | | | |
|---------------------|---|---|--|--|--|
| Transportes urbanos | Concessões rodoviárias | Administração central | Consolidado | | |
| 387 405 | 353.078 | _ | 740.483 | | |
| | | _ | 487.514 | | |
| 476.663 | 751.334 | - | 1.227.997 | | |
| (265.578) | (122.418) | - | (387.996) | | |
| (86.288) | (387.034) | - | (473.322) | | |
| 124.797 | 241.882 | - | 366.679 | | |
| (40.859) | (120.163) | (32.186) | (193.208) | | |
| - | - | 19.390 | - | | |
| | | - | 4.462 | | |
| 85.506 | 124.613 | (12.796) | 177.933 | | |
| 85.361 | 5.546 | 61.964 | 90.326 | | |
| (198.760) | (68.461) | (59.860) | (264.536) | | |
| (27.893) | 61.698 | (10.692) | 3.723 | | |
| 7.054 | (21.371) | | (14.317) | | |
| (20.839) | 40.327 | (10.692) | (10.594) | | |
| - | - | - | (98) | | |
| (20.839) | 40.327 | (10.692) | (10.692) | | |
| | | | | | |
| 85.906 | 49.439 | 478 1 337 989 | 135.823 | | |
| 2 223 754 | 1 593 868 | | 3.868.951 | | |
| | | | 2.481.734 | | |
| | urbanos 387.405 89.258 476.663 (265.578) (86.288) 124.797 (40.859) - 1.568 85.506 85.361 (198.760) (27.893) 7.054 (20.839) | Transportes urbanos Concessões rodoviárias 387.405 353.078 89.258 398.256 476.663 751.334 (265.578) (122.418) (86.288) (387.034) 124.797 241.882 (40.859) (120.163) - - 1.568 2.894 85.506 124.613 85.361 5.546 (198.760) (68.461) (27.893) 61.698 7.054 (21.371) (20.839) 40.327 - - (20.839) 40.327 85.906 49.439 - - 2.223.754 1.593.868 | Transportes urbanos Concessões rodoviárias Administração central 387.405 353.078 - 89.258 398.256 - 476.663 751.334 - (265.578) (122.418) - (86.288) (387.034) - 124.797 241.882 - (40.859) (120.163) (32.186) - - 19.390 1.568 2.894 - 85.506 124.613 (12.796) 85.361 5.546 61.964 (198.760) (68.461) (59.860) (27.893) 61.698 (10.692) 7.054 (21.371) (20.839) 40.327 (10.692) - - - - 1.337.989 2.223.754 1.593.868 1.895.531 | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

| | Taxas anuais médias ponderadas de depreciação % | Saldo em 2009 | Adições | Baixas | Transf. | Saldo em 2010 |
|--|--|--|---|--|--|---|
| Custo | | | | | | |
| Etiquetas eletrônicas | 6,6 | 6.314 | 12 | - | - | 6.326 |
| Instalações | 13,6 9,2 | 2.137 20.921 | 529 8.459 | (232) | (1.649) | 2.666 27.499 |
| Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios | 9,2 9,2 | 6.355 | 8.459 2.722 | (232) | 1.148 | 27. 4 99 10.198 |
| Veículos | 19,1 | 5.609 | 2.379 | (566) | - | 7.422 |
| Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros | 11,5 6,8 | 129.257 4.423 | 9.175 887 | (77) | 33.176 (85) | 171.531 5.225 |
| Equipamentos de informática | 19,6 | 28.381 | 6.143 | (3.001) | (15) | 31.508 |
| Peças sobressalentes | , | 10.568 | 30.142 | ` - | (28.432) | 12.278 |
| Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores | | 12.089 5.677 | 8.075 768 | (30) | 957 (5.100) | 21.121 1.316 |
| Outros | | 549 | 2.191 | (30) | (3.100) | 2.740 |
| Total | - | 232.280 | 71.482 | (3.933) | - | 299.830 |
| Depreciação acumulada Etiquetas eletrônicas Instalações | | (5.621) (511) | (217) (366) | - | - | (5.838) (877) |
| Máquinas e equipamentos | | (7.296) | (2.499) | 98 | 140 | (9.557) |
| Móveis e utensílios Veículos | | (3.121) (2.744) | (795) | 20 351 | (140) | (4.036) (3.774) |
| Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros | | (52.885) | (1.381) (17.252) | - | - | (70.137) |
| Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros | | (1.116) | (330) | | - | (1.445) |
| Equipamentos de informática Outros | | (6.816) (245) | (5.376) (1.421) | 378 | - | (11.815) (1.665) |
| Total | - | (80.355) | (29.637) | 847 | - | (109.144) |
| Imobilizado líquido | | 151.925 | 41.845 | (3.086) | _ | 190.686 |
| | | | | | | |
| | Taxas anuais médias ponderadas de depreciação % | Saldo em 2010 | Adições | Baixas | Transf. | Saldo em 2011 |
| Custo | médias ponderadas de depreciação % | 2010 | | Baixas | Transf. | 2011 |
| Etiquetas eletrônicas | médias ponderadas de depreciação % 6,6 | 6.326 | 178 | Baixas - | - | 2011 6.504 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 | 6.326 2.666 | | : | - 94 | 2011 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 9,2 | 6.326 2.666 27.499 10.069 | 178 946 10.099 1.733 | - (1.324) (40) | - | 6.504 3.706 36.407 11.484 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 | 178 946 10.099 1.733 2.078 | - - (1.324) | 94 133 (278) | 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 | 6.326 2.666 27.499 10.069 | 178 946 10.099 1.733 | - (1.324) (40) (511) | 94 133 (278) - 12.224 | 6.504 3.706 36.407 11.484 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 | - (1.324) (40) | 94 133 (278) - 12.224 2.386 | 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 | (1.324) (40) (511) - (414) | 94 133 (278) - 12.224 2.386 (14.096) | 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 | (1.324) (40) (511) - (414) | 94 133 (278) - 12.224 2.386 | 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 | (1.324) (40) (511) - (414) (67) - - | 94 133 (278) - 12.224 2.386 (14.096) (94) | 2011 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 2.883 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 | (1.324) (40) (511) - (414) | 94 133 (278) - 12.224 2.386 (14.096) (94) | 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total Depreciação acumulada | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 60.848 | (1.324) (40) (511) - (414) (67) - - | 94 133 (278) - 12.224 2.386 (14.096) (94) | 2011 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 2.883 358.322 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 | (1.324) (40) (511) - (414) (67) - - | 94 133 (278) - 12.224 2.386 (14.096) (94) | 2011 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 2.883 |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total Depreciação acumulada Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 (5.838) (877) (9.557) | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 60.848 | (1.324) (40) (511) - (414) (67) - - - (2.356) | 94 133 (278) - 12.224 2.386 (14.096) (94) | 2011 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 2.883 358.322 (5.987) (1.308) (12.767) |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total Depreciação acumulada Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 (5.838) (877) (9.557) (4.036) | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 60.848 (149) (431) (3.321) (1.319) | (1.324) (40) (511) - (414) (67) - - - (2.356) | 94 133 (278) 12.224 2.386 (14.096) (94) (369) | 2011 6.504 3.706 3.6407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 5.483 358.322 (5.987) (1.308) (12.767) (5.333) |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total Depreciação acumulada Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 (5.838) (877) (9.557) | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 60.848 | (1.324) (40) (511) - (414) (67) - - - (2.356) | 94 133 (278) 12.224 2.386 (14.096) (94) (369) | 2011 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 2.883 358.322 (5.987) (1.308) (12.767) |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total Depreciação acumulada Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 (5.838) (877) (9.557) (4.036) (3.774) (70.137) (1.1445) | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 60.848 (149) (431) (3.321) (1.319) (2.894) (23.150) (476) | (1.324) (40) (511) (414) (67) (57) (2.356) (2.356) | 94 133 (278) 12.224 2.386 (14.096) (94) (369) | 2011 6.504 3.706 3.6407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 2.883 358.322 (5.987) (1.308) (12.767) (5.333) (6.372) (93.287) (1.630) |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total Depreciação acumulada Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 (5.838) (877) (9.557) (4.036) (3.774) (70.137) (1.445) (11.815) | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 60.848 (149) (431) (3.321) (1.319) (2.894) (23.150) (476) (7.328) | (1.324) (40) (511) (414) (67) - - - (2.356) (2.356) | 94 133 (278) - 12.224 2.386 (14.096) (94) (369) - - - 14 - - | 2011 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 2.883 358.322 (5.987) (1.308) (12.767) (5.333) (6.372) (93.287) (1.630) (19.126) |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total Depreciação acumulada Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 (5.838) (877) (9.557) (4.036) (3.774) (70.137) (1.1445) | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 60.848 (149) (431) (3.321) (1.319) (2.894) (23.150) (476) | (1.324) (40) (511) (414) (67) (57) (2.356) (2.356) | 94 133 (278) 12.224 2.386 (14.096) (94) (369) | 2011 6.504 3.706 3.6407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 2.883 358.322 (5.987) (1.308) (12.767) (5.333) (6.372) (93.287) (1.630) |
| Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Peças sobressalentes Imobilizado em andamento Adiantamento a fornecedores Outros Total Depreciação acumulada Etiquetas eletrônicas Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Veículos Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros Equipamentos de informática Outros | médias ponderadas de depreciação % 6,6 13,6 9,2 9,2 19,1 11,5 6,8 | 6.326 2.666 27.499 10.069 7.422 115.796 61.089 31.508 12.278 21.121 1.316 2.740 299.830 (5.838) (877) (9.557) (4.036) (3.774) (70.137) (1.445) (11.815) (1.665) | 178 946 10.099 1.733 2.078 6.319 12.453 8.212 13.925 241 4.521 143 60.848 (149) (431) (3.321) (1.319) (2.894) (23.150) (476) (7.328) (338) | (1.324) (40) (511) (414) (67) - - - (2.356) (2.356) | 94 133 (278) - 12.224 2.386 (14.096) (94) (369) - - - 14 - - | 2011 6.504 3.706 36.407 11.484 8.989 134.339 75.514 39.653 12.107 21.268 5.468 2.883 358.322 (5.987) (1.308) (12.767) (5.333) (6.372) (93.287) (1.630) (19.126) (2.016) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento do exercício de 2011, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos.

13. Intangível

| | Saldo em 2009 | Adições | Baixas | Saldo em 2010 |
|---|---------------|-----------|--------|---------------|
| Custo | | | | |
| Software | 8.215 | 5.139 | | 13.406 |
| Concessão de serviços públicos | | | | |
| Outorga principal (a) | 311.389 | - | | 311.389 |
| Outorga suplementar (b) | 162.940 | - | | 162.940 |
| Outorga principal e suplementar (c) | 378.665 | 359.927 | | 738.592 |
| Outorga ARTESP (d) | 634.000 | - | | 634.000 |
| Direito de concessão - LAMSA (e) | 61.969 | 122.671 | | 184.640 |
| Direito de concessão - CLN (e) | 79.529 | 1.657 | | 81.186 |
| Direito de concessão - CART (e) | 259.389 | 259.949 | | 519.338 |
| Direito de concessão - CBN (e) | - | 30.838 | | 30.838 |
| Direito de concessão - CRT (e) | - | 56.069 | | 56.004 |
| Direito de concessão - Metrô Rio (f) | 932.843 | - | | 932.843 |
| Direito de concessão - CART (g) | 5.957 | _ | | 5.957 |
| Direito de concessão - CRA (e) | - | _ | | - |
| Ágio | _ | 47.463 | | 47.463 |
| Outros | 142 | (6) | | 149 |
| Total | 2.835.038 | 883.707 | | 3.718.745 |
| Amortização | | | | |
| Software | (4.593) | (1.870) | | (6.490) |
| Concessão de serviços públicos | (1.555) | () | | (0.100) |
| Outorga principal (até 2018) | (153.125) | (5.652) | | (158.777) |
| Outorga suplementar (até 2018) | (24.238) | (4.928) | | (29.166) |
| Outorga principal e suplementar (até 2038) | (5.289) | (21.216) | | (26.505) |
| Outorga ARTESP (até 2039) | (14.493) | (22.155) | | (36.648) |
| Direito de concessão - LAMSA (até 2038) | (3.642) | (3.494) | | (7.136) |
| Direito de concessão - CLN (até 2005) | (2.797) | (2.869) | | (5.666) |
| Direito de concessão - CART (até 2039) | (2.806) | (13.697) | | (16.503) |
| Direito de concessão - Metrô Rio (até 2038) | (24.237) | (32.168) | | (56.405) |
| Direito de concessão - CART (até 2039) | (83) | (201) | | (284) |
| Direito de concessão - CBN (até 2035) | (66) | (20.) | | (201) |
| Direito de concessão - CRT (até 2021) | _ | (28.835) | | (28.808) |
| Direito de concessão - CRA (até 2046) | _ | (20.000) | | (20.000) |
| Outros | (107) | (27) | | (134) |
| Total | (235.410) | (137.112) | | (372.522) |
| Otal | (200.410) | (137.112) | | (012.022) |
| Intangível líquido | 2.599.628 | 746.595 | | 3.346.223 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

| | Saldo em 2010 | Adições | Baixas | Saldo em 2011 |
|---|---------------|-----------|---------|---------------|
| Custo | | | | |
| Software | 13.406 | 4.125 | (9) | 17.522 |
| Concessão de serviços públicos | 044.000 | | - | 044.000 |
| Outorga principal (a) | 311.389 | - | - | 311.389 |
| Outorga suplementar (b) | 162.940 | 400.040 | (4.040) | 162.940 |
| Outorga principal e suplementar (c) | 738.592 | 129.846 | (1.318) | 867.120 |
| Outorga ARTESP (d) | 634.000 | | - | 634.000 |
| Direito de concessão - LAMSA (e) | 184.640 | 129.501 | - | 314.141 |
| Direito de concessão - CLN (e) | 81.186 | 13.367 | (75) | 94.478 |
| Direito de concessão - CART (e) | 519.338 | 241.337 | (1.242) | 759.433 |
| Direito de concessão - CBN (e) | 30.838 | 102.212 | - | 133.050 |
| Direito de concessão - CRT (e) | 56.004 | 10.787 | (19) | 66.772 |
| Direito de concessão - Metrô Rio (f) | 932.843 | - | - | 932.843 |
| Direito de concessão - CART (g) | 5.957 | - | - | 5.957 |
| Direito de concessão - CRA (e) | - | 19.421 | - | 19.421 |
| Direito de concessão - CRT (até 2021) (h) | 47.463 | 468 | - | 47.931 |
| Outros | 149 | 1.882 | - | 2.031 |
| Total | 3.718.745 | 652.946 | (2.663) | 4.369.028 |
| Amortização | | | | |
| Software | (6.490) | (1.957) | 1 | (8.446) |
| Concessão de serviços públicos: | | | | |
| Outorga principal (até 2018) | (158.777) | (5.778) | - | (164.555) |
| Outorga suplementar (até 2018) | (29.166) | (5.038) | - | (34.204) |
| Outorga principal e suplementar (até 2038) | (26.505) | (26.696) | - | (53.201) |
| Outorga ARTESP (até 2039) | (36.648) | (21.381) | - | (58.029) |
| Direito de concessão - LAMSA (até 2038) | (7.136) | (4.404) | 111 | (11.429) |
| Direito de concessão - CLN (até 2035) | (5.666) | (3.059) | 7 | (8.718) |
| Direito de concessão - CART (até 2039) | (16.503) | (21.981) | 991 | (37.495) |
| Direito de concessão - Metrô Rio (até 2038) | (56.405) | (32.168) | - | (88.573) |
| Direito de concessão - CART (até 2039) | (284) | (184) | - | (468) |
| Direito de concessão - CBN (até 2035) | - | (3.424) | - | (3.424) |
| Direito de concessão - CRT (até 2021) | (28.808) | (2.186) | 2 | (30.992) |
| Direito de concessão - CRA (até 2046) | - | - | - | - |
| Direito de concessão - CRT (até 2021) | - | (4.833) | - | (4.833) |
| Outros | (134) | (30) | - | (164) |
| Total | (372.522) | (133.119) | 1.112 | (504.531) |
| Intangível líquido | 3.346.223 | 519.827 | (1.551) | 3.864.497 |

- (a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão da controlada Metrô Rio (até 27 de janeiro de 2018): O montante contabilizado referente ao Ativo intangível Outorga principal, de R\$ 311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018.
- (b) O montante contabilizado referente ao Ativo intangível Outorga suplementar, de R\$162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. O valor contabilizado reflete os termos do 13º Parágrafo da 22ª Cláusula do 6º Aditivo. Tal Aditivo definiu o preço do direito da Outorga suplementar e, consequentemente, este passou a ser reconhecido no Ativo intangível.
- (c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada Metrô Rio (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038): Através do 6º Aditivo, o Metrô Rio e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela controlada Metrô Rio, são reconhecidos no ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

- (d) Pelo direito de exploração do sistema rodoviário compreendido pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, durante o prazo de 30 anos, a controlada CART, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o valor R\$ 634.000 em conta a favor do DER/SP, a titulo de outorga fixa.
- (e) Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, obrigações dos respectivos contratos de concessão.
- (f) Direito de concessão obtido na aquisição de controle do Metrô-Rio: O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.
- (g) Direito de concessão obtido na aquisição do controle da CART: O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- (h) Em 28 de maio de 2010, a Construtora OAS subscreveu, a valor de mercado, 2.867.545 ações ordinárias e 5.735.090 ações preferenciais de emissão da INVEPAR, avaliadas no montante total de R\$ 64.172, a serem integralizadas mediante a transferência para a titularidade da Companhia de 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da Concessionária Rio Teresópolis (CRT). Para a concretização de tal operação era necessária à anuência do poder concedente, o que ocorreu no dia 02 de dezembro de 2010. Sendo assim, em 20 de dezembro de 2010 as ações de emissão da CRT detidas pela Construtora OAS foram transferidas para a INVEPAR. Após tal operação, a Companhia passou a ser detentora de ações da CRT que representam 36,88% do capital votante e 24,91% do capital total.

Considerando que o valor correspondente à participação da INVEPAR no patrimônio líquido contábil da CRT em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 16.241, o excedente apurado de R\$ 47.931 foi alocado em direito de concessão como assim concluiu o laudo de avaliação de empresa especializada contratada para a mensuração do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.

Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

| | | | | Encargos | | Não | | |
|------------------------|-------------|------------|------------|----------------|------------|------------|-----------|-----------|
| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Indexador | anuais | Circulante | circulante | 2011 | 2010 |
| | | | | | | | | |
| Banco do Brasil e | Capital de | mar/16 a | | | | | | |
| HSBC | Giro | abr/16 | CDI | +1,51% | 286 | 15.500 | 15.786 | 441 |
| | Conta | jan/12 a | | | | | | |
| Bradesco e BNB | garantida | mar/12 | CDI | +2,43% a +2,8% | 26.085 | - | 26.086 | - |
| | | mai/15 a | | +1,72% a | | | | |
| BNDES | Direto | out/24 | TJLP | +2,02% | 50.094 | 356.847 | 406.941 | 370.513 |
| | Financiamer | nov/16 a | | +3,44% a | | | | |
| CEF, Finep e Calyon | to | jun/34 | TR, USD | +7,80% | 5.422 | 265.981 | 271.403 | 28.366 |
| Banco do Brasil, | | | | | | | | |
| Bradesco, Santander, | | | | | | | | |
| Votorantim, Itaú BBA e | Nota | jan/12 a | | +3,44% a | | | | |
| HSBC | Promissória | mar/12 | CDI | +7,80% | 366.550 | - | 366.550 | 686.090 |
| | | nov/17 a | | | | | | |
| BNB e Desenbahia | Outros | ago/31 | TJLP | +3,0% a +8,5% | 4.229 | 123.638 | 127.867 | 38.600 |
| BNDES | Ponte | | | | - | - | - | 269.276 |
| | | jul/17 a | | +1,80% a | | | | |
| BNDES | Sênior | mar/24 | TJLP, IPCA | +2,80% | 44.117 | 429.204 | 473.321 | 10.016 |
| | | | | Ajuste a valor | | | | |
| | | | | presente | (1.571) | (956) | (2.527) | (2.000) |
| Total | | | | | 495.212 | 1.190.214 | 1.685.426 | 1.401.302 |

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

| 2013 | 94.823 |
|----------------|-----------|
| 2014 | 117.565 |
| 2015 | 118.398 |
| 2016 | 115.626 |
| 2017 | 104.480 |
| 2018 em diante | 639.322 |
| | 1.190.214 |

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Em 31 de dezembro de 2011:

- ▶ R\$ 212.211 do saldo devedor é garantido por aval da INVEPAR.
- ▶ R\$ 265.885 do saldo devedor não tem garantias
- ▶ R\$ 339.930 do saldo devedor é garantido por Cessão fiduciária dos direitos creditórios, constituição de carta e fiança Invepar
- ▶ R\$ 30.445 do saldo devedor são garantidos por carta fiança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- ▶ R\$ 462.391 do saldo devedor é garantido por o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com as debêntures que foram emitidas em janeiro de 2011. Além do aval da Invepar durante o período de 2 anos e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta reserva, não compartilhados com os debenturistas. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD >=1,2 e PL/ Ativo total >= 20% da CART, a qual foi plenamente atendida.
- ▶ R\$ 179.686 do saldo devedor possui cláusula restritiva financeira de Dívida Líquida/EBITDA da LAMSA inferior ou igual a 3,0, a qual foi completamente atendida.
- ▶ R\$ 67.011 do saldo devedor são garantidos por Cessão fiduciária dos direitos creditórios e constituição de conta-reserva Possui cláusula restritiva financeira, como segue: EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas superior ou igual a 2,0. Em função das disposições do item 74 do CPC 26, o Metrô Rio, por não ter atingido o referido índice exigido em contrato, procedeu à reclassificação do montante passivo de R\$ 15.180, do não circulante para o circulante.
- R\$ 20.295 em empréstimos são garantidos por Penhor da totalidade das ações ordinárias da CLN, fiança da Invepar, fundo de liquidez, cessão fiduciária dos direitos creditórios e cessão de indenização em caso de perda de arrecadação.
- ▶ R\$107.572 do saldo é garantido por penhor de ações da CBN, cessão fiduciária e vinculação de direitos emergentes, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios, fundo de liquidez em conta reserva e contrato de suporte de acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures

a) Invepar

Em 15 de março de 2010, foram emitidas e subscritas 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 500, perfazendo o valor total de R\$450.000. A oferta pública, com esforços restritos de colocação de debêntures, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da INVEPAR realizada em 04 de março de 2010. Os recursos foram utilizados para integralização de debêntures privadas emitidas pela controlada Metrô Rio, que utilizará estes recursos na execução de seu plano de investimentos e expansão.

| Debenturistas | Moeda | Encargos anuais | Vencimento | Principal | Juros | Atualização | Total |
|---------------|-------|--------------------|------------|-----------|----------------|-------------|---------|
| PREVI | R\$ | IPCA + 9,75% | 15/03/2020 | 112.500 | 9.604 | 12.178 | 134.282 |
| FUNCEF | R\$ | IPCA + 9,75% | 15/03/2020 | 112.500 | 9.604 | 12.178 | 134.282 |
| PETROS | R\$ | IPCA + 9.75% | 15/03/2020 | 112.500 | 9.604 | 12.178 | 134.282 |
| VALIA | R\$ | IPCA + 9.75% | 15/03/2020 | 65.000 | 5.377 | 6.820 | 77.197 |
| BB | R\$ | IPCA + 9,75% | 15/03/2020 | 47.500 | 4.648 | 5.358 | 57.506 |
| | | | | 450.000 | 38.837 | 48.712 | 537.549 |
| | | | | | Circulante | | 94.250 |
| | | | | | Não Circulante | | 443.299 |

Características das debêntures

Espécie e série Carência Amortização do principal e atualização monetária Pagamento de juros Garantia Espécie quirografária e de séria única 2 anos

9 parcelas anuais e iguais a partir de 15 de março de 2012 Anual, sendo o primeiro vencimento em 15 de março de 2011 Contrato de Fiança, sendo a LAMSA a interveniente garantidora.

Cláusulas financeiras restritivas

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (i) Dívida Líquida/Capitalização Total da Invepar inferior ou igual a 70%;
- (ii) Dívida Líquida/Patrimônio Líquido da Invepar inferior a 1,5;
- (iii) Dívida Líquida/EBITDA da LAMSA inferior ou igual a 2,0;
- (iv) Dívida Líquida/EBITDA (consolidados) inferior ou igual a 5,8 em 2010, inferior ou igual a 5,0 entre 2011 e 2014, e inferior ou igual a 3,5 entre 2015 e 2020; e
- (v) Dívida líquida/ PL =<1,5.

A clausula restritiva (iv) não foi atendida em 2011 e a companhia recebeu o *Waiver* dos debenturistas em 28 de dezembro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures--Continuação

b) CRT

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada CRT emitiu debêntures no montante de R\$ 62.963 mil, sendo R\$ 12.949 referente ao valor nominal e R\$ 50.014 referente ao prêmio, tendo sido comercializado o total de R\$ 37.287 mil, sendo R\$ 7.668 mil referente ao valor nominal e R\$ 26.919 referente ao prêmio de emissão. Tais debêntures foram emitidas com prêmio de R\$ 2,1653 por título na data de emissão e são remuneradas com base no lucro da CRT. As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da CRT, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

| Debenturistas | Moeda | Encargos anuais | Vencimento | Principal | Saldo 2011 |
|---------------|-------|-------------------------|------------|-----------|---------------|
| REAL GRANDEZA | R\$ | Participação nos lucros | 20/02/2021 | 1.194 | 1.194 |
| FUNTERRA | R\$ | Participação nos lucros | 20/02/2021 | 129 | 129 |
| PRECE | R\$ | Participação nos lucros | 20/02/2021 | 1.138 | 1.138 |
| FAPES | R\$ | Participação nos lucros | 20/02/2021 | 947 | 947 |
| GEIPREV | R\$ | Participação nos lucros | 20/02/2021 | 129 | 129 |
| | | | | 3.537 | 3.537 |

Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 31 de dezembro de 2011 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures--Continuação

c) CART

Em 24 de janeiro de 2011, foram emitidas e subscritas 40 debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 10.000 cada, remuneradas a 116,5% do CDI com vencimento para 24 de janeiro de 2013. Tais debêntures foram captadas pelo Banco Bradesco e HSBC, conforme quadro abaixo:

| | | Encargos | | | | |
|-------------------|-------|---------------|------------|-----------|--------|---------|
| Debenturistas | Moeda | anuais | Vencimento | Principal | Juros | Total |
| | | | | | | |
| Banco do Bradesco | R\$ | 116,5% do CDI | 24/01/2013 | 300.000 | 18.196 | 318.196 |
| HSBC | R\$ | 116,5% do CDI | 24/01/2013 | 100.000 | 6.066 | 106.066 |
| | | | • | 400.000 | 24.262 | 424.262 |

As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD >=1,2 e PL/ Ativo total >= 20%. As cláusulas restritivas foram atendidas.

16. Concessão de serviço público

| Conso | lidado |
|---------|--|
| 2011 | 2010 |
| | |
| 183.123 | 65.387 |
| 164.810 | 58.848 |
| 536 | 491 |
| 348.469 | 124.726 |
| | |
| 1.354 | 105.404 |
| 55.745 | 79.114 |
| 1.219 | 94.864 |
| 58.318 | 279.382 |
| 406.787 | 404.108 |
| | 183.123 164.810 536 348.469 1.354 55.745 1.219 58.318 |

(a) Refere-se ao ônus da concessão da controlada Metrô Rio, assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, o saldo de R\$ 350.506 será pago pela controlada Metrô Rio em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Concessão de serviço público--Continuação

(b) De acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato, o Poder Concedente tem direito de revisão do preço da Outorga da controlada Metrô Rio no evento da realização das expansões descritas nos Parágrafos 6º e 7º da Cláusula 1ª do Contrato. Até 31 de dezembro de 2010, a controlada Metrô Rio recebeu do Poder Concedente 3 estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório.

Através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, a controlada Metrô Rio assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ em contrapartida ao pagamento da Outorga suplementar, inclusive referente à Estação General Osório. Em 31 de dezembro de 2011, esse compromisso somava R\$ 55.745 (R\$ 79.114 em 31 de dezembro de 2010), líquido do montante penhorado da renda da controlada Metrô Rio e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 73.621 (R\$44.562 em 31 de dezembro de 2010). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário; e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a controlada Metrô Rio está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

| Natureza da contingência | Saldo em 2010 | Provisões adicionais | Provisões utilizadas | Provisões revertidas | Atualização monetária | Saldo em 2011 |
|--------------------------|------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|------------------|
| Trabalhistas | 7.348 | 1.364 | (23) | (1.217) | (131) | 7.341 |
| Cíveis | 7.768 | 2.817 | (49) | (1.934) | (768) | 7.834 |
| Tributária | 182 | - | `- | ` - | ` - | 182 |
| Outros | - | 985 | - | - | - | 985 |
| Total | 15.298 | 5.166 | (72) | (3.151) | (899) | 16.342 |
| Depósitos judiciais | (1.009) | (117) | | | | (1.126) |
| Contingências líquidas | 14.289 | | | | | 15.216 |

a) Contingências cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário e metroviário.

b) Contingências trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por exfuncionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia e suas controladas são ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para manutenção

As controladas constituem provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Para calcular a provisão a valor presente é utilizada a taxa de desconto de 10%. O saldo da provisão em 31 dezembro de 2011 é de R\$ 14.679 (R\$ 8.123 em 31 de dezembro de 2010).

19. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.699.466, representado por 297.687.909 ações, sendo 99.229.303 ações ordinárias e 198.458.606 ações preferenciais.

O capital social autorizado da INVEPAR é de R\$ 1.758.000. Respeitado o limite autorizado, o qual só pode ser alterado por deliberação da Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração deliberar as emissões de ações, sendo certo que os aumentos de capital se destinarão preferencialmente a investimentos nas sociedades nas quais a INVEPAR participe ou que venha a participar, observando o objeto social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

a) Capital social -- Continuação

A composição acionária da INVEPAR em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está assim constituída:

| | 2011 | | | | 2010 | | |
|---|--------------------------|--------------------------|---------------------------|----------------|---------------------------|----------------|--|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | % | Total | % | |
| Construtora OAS Ltda. OAS Investimentos S.A. | 3.051.499 26.743.064 | 5.735.090 17.063.946 | 8.786.589 43.807.010 | 2,95 14.72 | 8.786.585 43.807.010 | 3,22 16.02 | |
| BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF | 24.304.645 20.322.769 | 85.399.382 40.645.537 | 109.704.027 60.968.306 | 36,85 20.48 | 109.704.023 55.500.859 | 40,14 20,31 | |
| Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS Outros | | 49.614.651 | 74.421.977 | 25,00 | 55.500.859 16 | 20,31 | |
| Total | 99.229.303 | 198.458.606 | 297.687.909 | 100,00 | 273.299.352 | 100,00 | |

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não terão direito a voto, porém terão direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

Aumentos de capital

Em 17 de maio de 2010, os acionistas PETROS e FUNCEF integralizaram na INVEPAR o montante de R\$ 92.259 cada, perfazendo o total de R\$ 184.519.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de maio de 2010, a Construtora OAS Ltda. subscreveu ações de emissão da INVEPAR no montante de R\$ 64.172, composta por 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da CRT. Em 20 de dezembro de 2010, após a anuência da ANTT, foram transferidas as ações da CRT que a Construtora OAS subscreveu na INVEPAR.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de maio de 2010, a OAS Investimentos S.A. subscreveu ações de emissão da INVEPAR no montante de R\$ 190.935, tendo integralizado o valor de R\$ 19.093 à vista, sendo o saldo restante integralizado em 23 de julho de 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

a) Capital social -- Continuação

Aumentos de capital--Continuação

Em 14 de julho de 2011, os acionistas FUNCEF e PETROS subscreveram e integralizaram na INVEPAR o montante total de R\$ 150.000 (R\$ 75.000 cada), representados no total por 3.644.962 ações ordinárias e 7.289.924 ações preferenciais.

Em 28 de dezembro de 2011, o acionista PETROS subscreveu e integralizou na INVEPAR o montante total de R\$ 207.875, representados no total por 4.484.557 ações ordinárias e 8.969.114 ações preferenciais.

b) Reserva de retenção de lucros

A parcela remanescente do lucro líquido da INVEPAR de 31 de dezembro de 2009 foi destinada à reserva de retenção de lucros, de acordo com o Art. 196 da Lei n° 6.404/76. O prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2010 e parte do prejuízo de 2011 foram absorvidos por essa reserva de lucros.

c) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei n° 6.404/76. Parte do prejuízo apurado em 2011 foi absorvido por esta reserva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

| | Consc | olidado |
|------------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Receitas financeiras | | |
| Descontos obtidos | 381 | 56 |
| Juros ativos | 98 | 1.819 |
| Juros sobre aplicações financeiras | 64.439 | 24.910 |
| Operações de hedge | 5.189 | 6.559 |
| Variação monetária ativa | 7.268 | 4.494 |
| Variações cambiais ativas | 38.508 | 48.077 |
| Remuneração de clientes | 254 | 1.600 |
| Outros | 2.677 | 2.811 |
| Total receitas financeiras | 118.814 | 90.326 |
| Despesas financeiras | | |
| Comissões e despesas bancárias | (2.171) | (5.518) |
| Juros passivos | (146.270) | (109.225) |
| Operações de hedge | (24.924) | (29.546) |
| Variação monetária passiva | (10.385) | (20.315) |
| Variações cambiais passivas | (78.808) | (21.366) |
| Juros sobre debêntures | (86.761) | (54.594) |
| Ajuste a valor presente | (11.648) | (15.068) |
| Outros | `(7.714) | (8.904) |
| Total despesas financeiras | (368.681) | (264.536) |
| Total resultado financeiro | (249.867) | (174.210) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Em decorrência do Contrato de Concessão, a controlada Metrô-Rio absorveu alguns funcionários da antiga operadora dos serviços, os quais estavam vinculados a um plano de previdência instituído na REFER (Fundação Rede Ferroviária Federal) patrocinado por aquela empresa. As disposições do Contrato de Concessão, em sua Cláusula 24ª, facultaram à Companhia instituir seu plano de previdência privada em outra entidade de previdência.

Em 13 de agosto de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, aprovou o novo plano de previdência patrocinado pelo Metrô Rio (Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada ou o "Plano"). De acordo com o regulamento deste Plano, a Companhia (patrocinadora) efetua uma contribuição complementar sobre a Contribuição Básica do empregado (participante) obedecendo às seguintes condições:

- a) Para os funcionários que ingressaram no Plano até 17 de fevereiro de 1999, contribui com 120% da sua Contribuição Básica.
- b) Para os funcionários que aderiram após o prazo definido acima, contribui com os seguintes percentuais: 0 a 9 anos de tempo de serviço 100%; 10 a 19 anos de tempo de serviço 110%; 20 anos ou mais 120%.
- c) A contribuição total relativa aos itens (a) e (b) acima está limitada a 6% do salário de contribuição do participante.
- d) Ao empregado ainda é facultado efetuar contribuições voluntárias de valores variáveis, sobre as quais a patrocinadora não possui qualquer obrigação.

A controlada Metrô-Rio efetuou o levantamento atuarial para o ano de 2011, em conformidade com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários -- Continuação

A controlada vem adotando o procedimento padrão constante dos itens 92 e 93 da referida Deliberação. Isto é, a parcela de (ganhos) perdas acumulada excedente a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação atuarial total e o valor justo dos ativos do plano, amortizada pelo prazo correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. O valor assim calculado compõe a despesa anual prevista para o exercício subsequente.

A taxa de retorno esperado dos Ativos foi determinada pela Administração da controlada em conjunto com o gestor de investimentos, com base nas expectativas de rentabilidade de longo prazo para cada categoria de ativo dos planos de benefícios, as quais foram fornecidas pelos gestores do plano.

22. Seguros

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantém segurogarantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

| | Limite máximo Vigência | | _ | | |
|--|--|--|--|--|---|
| Empresa(s) | Modalidade | de indenização | Início | Fim | Seguradora |
| LAMSA LAMSA | Garantia de responsabilidade Responsabilidade civil | 16.739 25.000 | 18/12/2011 01/08/2011 | 17/12/2012 01/08/2012 | J.Malucelli Tokio Marine |
| CLN CLN | Seguro garantia Responsabilidade civil | 4.610 25.000 | 22/02/2011 01/08/2011 | 22/02/2012 01/08/2012 | J.Malucelli Tokio Marine |
| METRÔ RIO METRÔ RIO METRO RIO | Responsabilidade civil Transporte nacional Transporte internacional | 25.000 4.000 927 | 01/08/2011 13/02/2011 13/02/2011 | 31/07/2012 13/02/2012 13/02/2012 | Tokio Marine Sulamerica Sulamerica |
| CART CART CART | Garantia ampliações Garantia funções operacionais Responsabilidade civil | 133.618 107.249 25.000 | 16/03/2011 16/03/2011 01/08/2011 | 16/03/2012 16/03/2012 01/08/2012 | Austral Seguradora Austral Seguradora Tokio Marine |
| CRT CRT CRT CRT CRT | Responsabilidade civil Riscos de Engenharia Riscos Operacionais Seguro performance bond Responsabilidade Civil para Administradores D&O | 7.000 20.100 45.000 13.100 | 12/08/2011 11/04/2011 11/07/2011 22/11/2011 15/02/2011 | 12/08/2012 01/09/2013 11/07/2012 22/11/2012 15/02/2012 | Chartis Tokio/Itaú Seguros Itaú Seguros Banco Fator Chartis |
| CBN CBN CBN CBN CBN | Responsabilidade civil para administradores D&O Responsabilidade Civil Risco de Engenharia Riscos Operacionais Seguro performance bond | 20.000 30.000 1.000 30.000 85.414 | 08/04/2011 17/08/2011 17/08/2011 17/08/2011 17/08/2011 | 08/04/2012 17/08/2012 17/08/2012 17/08/2012 17/08/2012 | Itaú Seguros Allianz Itaú Seguros Itaú Seguros Banco Fator |
| CRA CRA CRA CRA Lamsa, Metro Rio, CLN e CART Invepar, Metrò Rio, Lamsa, CLN E CART | Seguro garantia Responsabilidade civil Riscos operacionais Responsabilidade civil para administradores D&O Riscos Operacionais Responsabilidade Civil para Administradores D&O | 30.000 16.500 216.364 20.000 180.000 | 17/07/2011 04/11/2011 27/09/2011 10/06/2011 01/08/2011 22/09/2011 | 17/07/2012 04/11/2012 30/09/2013 10/06/2012 01/08/2012 22/09/2012 | Banco Fator Seguradora Allianz Seguros Itaú Seguros Allianz Seguros Tokio Marine Zurich Brasil |
| | Auministrauores D&O | 33.000 | 22/09/2011 | 22/09/2012 | ZUITUT DI ASII |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da controlada Metrô Rio poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, a controlada Metrô Rio possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2011, nenhuma empresa do grupo Invepar possuía operações com característica de *hedge*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada Metrô Rio contratou operações para proteção cambial de passivo com o HSBC Bank. Todas as operações contratadas foram liquidadas ainda dentro do exercício, gerando uma perda líquida de R\$ 1.574. A Companhia e as demais controladas não efetuaram quaisquer transações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, os quais nem todos estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos com características de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

| Empresa | Operação | Risco | Cenário provável | Cenário A | Cenário B |
|-----------|--------------------------------------|-------------|---------------------|-----------|-----------|
| LAMSA | Notas promissórias | CDI | 10.193 | 10.296 | 10.398 |
| CART | Debêntures | CDI | 51.716 | 64.239 | 76.632 |
| CART | BNDES | TJLP | 184.003 | 259.103 | 340.203 |
| CART | BNDES | IPCA | 19.961 | 23.507 | 27.478 |
| METRÔ RIO | BNDES | TJLP | 191.366 | 228.473 | 386.037 |
| METRÔ RIO | FINEP | TJLP | 8.401 | 9.386 | 10.371 |
| | | Taxa Câmbio | | | |
| METRÔ RIO | Financiamento importação | R\$/US\$ | 686 | 858 | 1.029 |
| METRÔ RIO | Financiamento CAIXA | TR | 23.500 | 24.289 | 25.078 |
| METRÔ RIO | Notas promissórias | DI | 5.369 | 6.585 | 7.801 |
| INVEPAR | Debêntures | IPCA | 448.886 | 523.965 | 607.305 |
| CRT | BNDES direto 1 | TJLP | 34.267 | 42.834 | 51.401 |
| CRT | BNDES direto 2 | TJLP | 9.610 | 12.013 | 14.416 |
| CLN | Capital de Giro | CDI | 5.732 | 7.165 | 8.598 |
| CBN | FUNDESE | TJLP+3% | 14.362 | 16.554 | 18.720 |
| CBN | FAT | TJLP+4% | 12.430 | 14.173 | 15.894 |
| | Referência para passivos financeiros | | | | |
| | TJLP (% ao ano) | | 6,00% | 7,50% | 9,00% |
| | DI (% ao ano) | | 10,81% | 13,51% | 16,22% |
| | IPCA (% ao ano) | | 6,50% | 8,13% | 9,75% |
| | Taxa de câmbio média (R\$/US\$) | | R\$ 1,78 | R\$ 2,23 | R\$ 2,68 |
| | TR (% ao ano) | | 1,21% | 1,51% | 1,81% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

| | Contro | oladora | Consc | olidado |
|--|------------|------------|------------|------------|
| Resultado básico e diluído por ação | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Numerador Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia | (59.603) | (10.692) | (59.603) | (10.692) |
| Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações | 278.503 | 241.911 | 278.503 | 241.911 |
| Resultado básico e diluído de número de ações | (0,21) | (0,04) | (0,21) | (0,04) |

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

| | Consc | olidado |
|--------------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Receita de pedágio | 493.971 | 385.977 |
| Receita com venda de bilhetes | 454.614 | 389.807 |
| Receitas acessórias | 29.174 | 23.727 |
| Deduções, devoluções e cancelamentos | (73.223) | (59.028) |
| Receita de serviços | 904.536 | 740.483 |
| Receita de construção | 569.695 | 487.514 |
| Receita Total | 1.474.231 | 1.227.997 |

Custos e despesas

| | olidado |
|------------|--|
| 24/42/2044 | |
| 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| 335.611 | 286.443 |
| 209.630 | 151.289 |
| 172.525 | 135.823 |
| 18.780 | 7.649 |
| 555.437 | 473.322 |
| 1.291.983 | 1.054.526 |
| 534.176 | 387.996 |
| 555.437 | 193.208 |
| 202.370 | 473.322 |
| 1.291.983 | 1.054.526 |
| | 335.611 209.630 172.525 18.780 555.437 1.291.983 534.176 555.437 202.370 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Eventos subsequentes

Debêntures - LAMSA

Em 10 de janeiro de 2012, a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 cada, perfazendo o montante de R\$ 180.000. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 04 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão.

Proposta Vencedora

Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a AIRPORTS COMPANY SOUTH AFRICA SOC LIMITED - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão será criada uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) da qual o Consorcio INVEPAR – ACSA terá 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% serão detidos pela Infraero, conforme o edital da licitação.

A concessão terá prazo de 20 anos e além dos investimentos requeridos, o consorcio se comprometeu, a pagar através da SPE o montante de R\$ 16.213.000, esse montante será atualizado pelo IPCA e amortizado anualmente pelo período da concessão (20 anos). Cabe a INVEPAR o montante de R\$ 7.457.980, proporcional à sua participação no capital da futura SPE.

O resultado do leilão está sujeito à homologação pela Agencia Nacional de Aviação Civil – ANAC que, segundo as regras do respectivo Edital, deverá ocorrer em março de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações Societárias

Em 21 de março de 2012, a Assembleia Geral aprovou aumento de capital na INVEPAR pela qual foram emitidas 17.429.354 ações ordinárias (14,94% do total de ações desta classe) e 34.858.708 ações preferenciais (14,94% do total de ações desta classe) integralmente subscritas e integralizadas por OAS S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo. A OAS S.A. era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR) que foram utilizadas na integralização deste aumento de capital.

A Assembleia Geral aprovou ainda nesta data um segundo aumento de capital com emissão de 26.398.467 (vinte e seis milhões, trezentas e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete ações ordinárias e 52.796.934 (cinquenta e dois milhões, setecentos noventa e seis mil, novecentas e trinta e quatro) ações preferenciais, no montante total de R\$ 1.255.860.964,84 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), integralmente subscrito e integralizado em espécie pelos acionistas Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS ("PETROS") e Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ("FUNCEF"), nas seguintes quantidades: (i) 10.956.955, ações ordinárias e 21.913.910 ações preferenciais pela acionista PETROS, no montante de R\$ 521.258; e (ii) 15.441.512 ações ordinárias e 30.883.024 ações preferenciais pela acionista FUNCEF, no montante de R\$ 734.603.

Nesta mesma data (21 de março de 2012), a Companhia foi comunicada pelos acionistas BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações ("Fundo BB") e OAS Investimentos S.A. ("OASI") a respeito da celebração, entre esses acionistas, de um instrumento particular de permuta de participações acionárias, por meio do qual foi ajustada uma permuta de ações ordinárias e preferenciais entre esses acionistas nas seguintes quantidades:

| Acionista | Ações ON Transferidas ou Recebidas em Permuta | Ações PN Transferidas ou Recebidas em Permuta | |
|-----------|--|--|--|
| OASI | (11.459.636) | 11.459.636 | |
| Fundo BB | 11.459.636 | (11.459.636) | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência das sucessivas operações societárias descritas acima, a composição acionária da INVEPAR passou a ser a seguinte a partir de 21de março de 2012:

| Acionista | Ações ON | | Ações PN | |
|-----------|-------------|------------------|-------------|------------------|
| | Quantidade | Percentual de ON | Quantidade | Percentual de PN |
| OASP | 17.429.354 | 12,18% | 34.858.708 | 12,18% |
| OASI | 15.283.428 | 10,68% | 28.523.582 | 9,97% |
| COAS | 3.051.499 | 2,13% | 5.735.090 | 2,00% |
| FUNDO BB | 35.764.281 | 25,00% | 73.939.746 | 29,56% |
| PETROS | 35.764.281 | 25,00% | 71.528.561 | 25,00% |
| FUNCEF | 35.764.281 | 25,00% | 71.528.561 | 25,00% |
| Total | 143.057.124 | 100,00% | 286.114.248 | 100,00 |